

1 **MINUTA DA ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA**

3 No dia quatorze de novembro de 2019, às 09:20h, iniciou-se a 40ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
4 Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina Pimenta Assunção,
5 representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Houve uma rodada de apresentação entre os
6 participantes presentes e em seguida prosseguimento com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião ocorreu
7 no auditório do prédio da FLACSO em Vitória/ES. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata
8 contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da
9 deliberação 7 do Comitê Interfederativo.

10 **1 - Informações da Coordenação da CT-SHQA;** A Sra. Regina Pimenta, representante do IGAM e coordenadora desta
11 Câmara Técnica, iniciou a reunião expondo que existe uma logística para que seja realizado todo o processo de
12 solicitação de custeio para as reuniões, oficinas, seminários entre outros. Houve orientação para que os prazos de
13 envio de solicitações sejam cumpridos, que os dados sejam devidamente inclusos para que a logística de viagem
14 ocorra de forma correta. Não houve objeção por parte dos membros, ficando definido que o prazo de envio de
15 solicitação de custeio será 15 (quinze) dias que antecedem a data dos eventos. A Sra. Regina Pimenta ressaltou sobre
16 a série de documentos e ofícios que enviou por e-mail para os membros onde houve manifestação da Sra. Emilia
17 Brito, membro da Câmara Técnica e representante do IEMA, que ressaltou sobre a responsabilidade do GTA-PMQQS,
18 conforme Deliberação nº 77. Explicou que essa Deliberação rege a implementação das cláusulas de nº 177 e nº 178
19 e que a análise referente a turbidez do lago de Candonga não está no escopo da responsabilidade do GTA-PMQQS.
20 Após algumas manifestações dos membros da CT-SHQA, ficou alinhado que o GTA realizará um documento pedindo
21 que o CIF redirecione a responsabilidade das análises sobre a turbidez do lago de Candonga, uma vez que o pedido
22 do estudo partiu da CT-Rejeitos, que não utilizou os critérios de construção de escopo que o GTA entende necessário
23 e que, por isso, considera a análise complexa e improdutiva, aumentando a possibilidade de reprovação do estudo.
24 Também foi falado sobre o monitoramento da água para o consumo humano, onde a Sra. Jammyle Grigoletto,
25 representante do Ministério da Saúde, informou que em reunião do GT-Água e GT-Saúde houve a consolidação dos
26 dados contidos nos relatórios semanais e mensais dos últimos 6 meses referente as coletas quanto ao
27 monitoramento da água para o consumo humano, e que devido ao atraso do relatório, será necessária uma avaliação
28 da qualidade dos dados apresentados para que posteriormente a CT-Saúde apresente possíveis sugestões de
29 alteração dos programas, melhorando a comunicação no território referente os boletins divulgados. Sra. Jammyle
30 ressaltou a importância das ações das Vigilâncias Sanitárias em trabalho com a Prefeitura para acompanhamento do
31 consumo da água Bruta e divulgação destas informações para a população. Representantes dos atingidos relataram
32 que a Fundação Renova está divulgando informações em língua estrangeira e que em muitas regiões ainda não
33 houve contratação de comissões técnicas para auxiliar os atingidos com as informações técnicas. Foi relatado pela
34 Sra. Regina Pimenta quanto aos órgãos que disponibilizam informações no site das instituições, que pode ser uma
35 fonte de busca, sendo eles: CEMAD, IAGE, IEMA, IGAM. A Coordenadora também informou sobre a reunião do
36 Comitê Pro Rio Doce de Minas Gerais, onde houve a solicitação de que todas as ações envolvendo recurso
37 compensatório relativos a Cláusula nº232, sejam repassadas ao Comitê devido ao Plano Mineiro Capixaba para as
38 devidas análises. Por fim, foi colocado em votação a ata referente a 38ª Reunião Ordinária, não tendo havido
39 objeções, e ficou definido que haverá mais uma Reunião Ordinária no ano de 2019 no dia 18 de dezembro.

40 **2 – Apresentação das NTs do GT-Abastecimento;** A Sra. Rafaeli Brune, representante do IEMA e membro desta
41 Câmara Técnica, iniciou a apresentação relatando que na época que ocorreu o desastre do rompimento da barragem
42 de Mariana, a Fundação Renova utilizou um produto químico “Tanfloc” para o tratamento da água como ato
43 emergencial, mas que a utilização deste produto químico já está suspenso. Através de uma vistoria técnica foi
44 verificado a presença de bambonas na área das estações de tratamento de água de Colatina constando este produto,
45 onde se encontra exposto ao sol e com data de validade expirada, além de ocupar espaços nas ETAS. Desta forma,
46 a Sra. Rafaeli Brune apresentou o Ofício a ser encaminhado para a Fundação Renova solicitando a retirada e
47 destinação adequada deste produto químico. A Sra. Rafaeli Brune informou que a Fundação Renova apresentou a
48 resposta a Nota Técnica nº 48 que solicita a revisão do documento referente a definição do escopo do Programa
49 032. Após análise do documento revisado foi elaborado a Nota Técnica nº 59, que o aprova o, com 3 ressalvas. Houve
50 a aprovação da Nota Técnica pelos membros da CT. A Sr. Rafaeli fez o resgate de que a Nota Técnica nº 55 considera
51 manter a multa aplicada em julho de 2019. A Sra. Rafaeli Brune sugeriu que haja discussão no GT para avaliação
52 necessária sobre o pedido de alteração do prazo solicitado pela Fundação Renova. Como informe, a Sra. Rafaeli
53 Brune relatou que foi elaborada a Nota Técnica nº 60 com considerações e sugestão de ajustes no Plano de

54 Monitoramento da Qualidade da água para Consumo Humano, e que irá encaminhar aos membros desta Câmara
55 para considerações. A Nota Técnica nº 60 será encaminhada à CT-Saúde.

56 **3 - Situação do andamento das ações do PG-32 nas localidades do ES - Participaram da reunião os representantes**
57 **dos prestadores de serviços de abastecimento de água dos municípios de Linhares, Colatina, Marilândia e Baixo**

58 **Guandu;** O Sr. Newton Aiziro, representante da Fundação Renova, apresentou o andamento das ações do PG-32 nas
59 localidades do Espírito Santo considerando as regiões: Baixo Guandu - Na época do desastre, o SAAE teve a captação
60 afetada e interrompida utilizando assim a captação alternativa a partir do rio Baixo Guandu. Foram realizadas
61 algumas intervenções na ETA necessárias para o abastecimento da região. Colatina - Na época do desastre, a
62 concessionária SANEAR realizou a captação no Rio Doce. A captação foi interrompida por cinco dias quando houve
63 o abastecimento por meio de caminhão pipa. Houve várias tentativas através de perfuração de poços que não
64 obtiveram resultados esperados e as captações alternativas nos rios Pancas e Santa Maria do Doce foram finalizadas.
65 Marilândia - Na época do desastre, o SAAE não realizava a captação no Rio Doce. Há previsão é de revitalizar a
66 cacimba existente, instalar um sistema de tratamento de água e implantar uma captação no rio Doce. Desde o
67 rompimento da barragem, o abastecimento de água da localidade permanece por meio de caminhão-pipa. Linhares
68 - o SAAE, fornece água através de 3 ETAS. A captação principal ocorre no rio Pequeno que não foi afetado com o
69 desastre na época. A captação alternativa (50%) é realizada a partir da lagoa Nova. O Sr. Newton Aiziro também
70 apresentou o cronograma de previsões de entrega de todas as melhorias do sistema de abastecimento de água para
71 cada localidade levando em consideração as suas particularidades. O cronograma apresentado será encaminhado
72 por e-mail ainda na primeira quinzena de novembro/2019 para acompanhamento dos membros. Uma pessoa
73 atingida informou que foi divulgado um laudo na localidade de Degredo, em Linhares/ES que apresenta
74 contaminação da água do subsolo. Representante da Fundação Renova em resposta informou que são realizadas
75 análises semanais e não consta contaminação. A Sra. Maria Rosa, atingida da cidade de Belo Oriente/MG, informou
76 que a população não acredita na qualidade da água pois a água que sai pela torneira está com mal cheiro de barro.
77 Pediu providências e informou que vai haver greve se não tiver ação. Atingido informou que mora próximo ao lago
78 Baguari, onde houve retransa da lama. Acrescentou que existe na região uma produção de mudas que são fornecidas
79 para a Fundação Renova, mas que essas mudas não poderiam ser irrigadas pela água deste Rio. Assim, levantou o
80 questionamento quanto ao gado, os pequenos agricultores que alimentam seus animais e irrigam suas plantações
81 com a água desse Rio. Informou ainda que solicitou a Fundação Renova que realizasse a análise da água da região e
82 não aconteceu, pois informaram que não há contaminação na água. Assim, realizou a análise por conta própria e foi
83 detectado 70% a mais de alumínio do que é permitido.

84 **4 - Apresentação da NT com avaliação dos pleitos para esgotamento sanitário e destinação de resíduos;** A Sra.

85 Fernanda Oliveira, membro da Câmara Técnica e representante da SEMAD, apresentou as informações relativas ao
86 PG-31, que trata da coleta e tratamento de esgotamento sanitário e destinação de resíduos sólidos que são medidas
87 de cunho compensatório. Explicou que foram distribuídos 500 milhões de reais para 39 municípios considerados
88 pertencentes à área ambiental 2 do TTAC. Explicou que as prefeituras tem desenvolvido as ações com o apoio técnico
89 da Fundação Renova e com os bancos contratados BDMG/MG e BANDES/ES. Os municípios apresentam para a
90 Câmara Técnica as propostas de utilização do recurso disponível no âmbito do Programa e a CT-SHQA avalia a
91 proposta para a devida aplicação do recurso, de forma que apresente melhoria para a qualidade da água da Bacia
92 do Rio Doce. A Sra. Fernanda Oliveira, apresentou de forma sucinta a Nota Técnica referente aos dois pleitos de
93 destinação de resíduos sólidos urbanos solicitados pelos Municípios de Iapu e Periquito em Minas Gerais. Iapu
94 solicitou equipamentos para a coleta seletiva, para o qual foi recomendada a aprovação parcial do pleito, e na cidade
95 de Periquito o pleito foi sobre obras de melhoria e ampliação para o programa de coleta seletiva, melhorias na
96 unidade de triagem de material reciclável, na unidade de tratamento de orgânicos e estações de transbordo. Será
97 verificado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM se as obras estão compatíveis com as necessidades
98 da cidade para uma maior segurança na aprovação do pleito. Posteriormente será encaminhado por e-mail a Nota
99 Técnica detalhada para verificação dos membros desta Câmara Técnica. A Sra. Fernanda Oliveira informou que
100 durante a 3ª rodada trimestral de reuniões de alinhamento ocorrida em setembro de 2019 para acompanhamento
101 do estágio de execução do PG31, foi relatado pelos municípios e Fundação Renova que processos de outorgas e
102 licenciamentos ambientais pendentes ou indeferidos seriam um dos fatores que estavam comprometendo a
103 execução do PG-031. Diante desse contexto, representantes da CT-SHQA solicitaram que a Fundação Renova
104 encaminhasse através de ofício a relação dos processos ambientais pendentes para que haja a verificação dos
105 entraves e proposta de soluções para conferir celeridade ao Programa. O Ofício OFI.NII.102019.80212 foi
106 encaminhado pela Fundação Renova em 10 de outubro de 2019. A partir desse levantamento foi possível constatar
107 que os principais entraves no desenvolvimento das ações do programa não são relativos aos procedimentos para

108 licenciamento ambiental, uma vez que, dos processos listados pela Renova, apenas 6 (seis) continuam pendentes, o
109 que diante da totalidade dos pleitos não é considerado significativo. **Banco BDMG** - foi explanado pela Sra. Fernanda
110 Oliveira sobre o controle de pleitos apresentado pelo Banco BDMG onde consta o levantamento com o status das
111 análises com 62 sub pleitos processados, dentre os quais 3 estão como concluídos; 12 dependem de outro pleito
112 para serem concluídos; 4 com pendência de documentação; 38 em andamento junto aos municípios e 5 em processo
113 de análise do banco. Houve manifestações entre os membros apresentando exemplos sobre processo de pleitos de
114 suas regiões. Houve sugestões para que o banco crie estratégias para estipular prazos para entrega, planilhas de
115 controle de status e também sobre controle de licenciamentos ambientais. Completou que haverá uma reunião
116 junto aos prefeitos no mês de março de 2020 para consolidar o processo devido ao período eleitoral que pode causar
117 impacto no andamento do PG31. **Banco BANDES**— A Sra. Ligia Damasceno, apresentou o retorno do BANDES
118 referente aos pleitos do Estado de Espírito Santo, onde 50 deles já foram processados; 4 apresentam pendência de
119 documentação e 7 em andamento com os municípios; 5 em análise junto ao banco e 9 pleitos com análises já
120 concluídas e enviados ao município. Explicou que, a partir da análise dos documentos elaborados pela Renova
121 “Diagnóstico e Planejamento Estratégico” e Requisições Técnicas para contratação do apoio técnico, foi identificado
122 que há uma diferença entre a estimativa prevista para realização do apoio técnico diante das demandas levantadas
123 e a equipe em campo realizando o serviço. Inicialmente, foi previsto o quantitativo muito maior de profissionais, de
124 maneira que é preciso avaliar se pode ser uma das causas de atraso no programa. A Sra. Fernanda Oliveira concluiu
125 que, diante do mapeamento das etapas do programa e seus entraves, pode-se concluir que as principais causas de
126 atraso no cronograma e baixo desembolso não estão no tramite de aprovação de pleito tampouco no licenciamento
127 ambiental. Outro ponto de atenção foi levantado pela Sra. Fernanda Oliveira ao relatar que o GT-Esgotamento
128 iniciou com 12 membros e agora no final de 2019 possui apenas 3 pessoas na equipe, sendo em Minas Gerais apenas
129 1. Sabe-se que Programa já possui estruturação e diretrizes traçadas, mas alerta que as cláusulas nº 169 e nº 170
130 não tem prazo de execução e, portanto, precisa de atenção. Diante dessa necessidade, é necessário verificar a
131 ampliação da participação dos demais membros no Grupo de Trabalho para maior efetividade no processo.

132 **5 - NTs do PMQQS:** A Sra. Emilia Brito iniciou sua apresentação com um breve relato sobre a finalidade do PMQQS,
133 que é um programa para verificação e acompanhamento da situação e qualidade da água dos rios. Informou que na
134 penúltima reunião da Câmara técnica foi apresentada a Nota Técnica nº 46 que se refere à revisão bianual do
135 Programa de monitoramento, construída em função do seminário que ocorreu em agosto/2019 com os atores que
136 envolvem o programa. Foi realizado uma reunião junto à RRDM e Fundação Renova onde foi discutido algumas
137 alterações necessárias e foi identificada a necessidade de agendamento de uma nova reunião para alinhamento da
138 locação de pontos estuários e zona costeira e esta Nota Técnica foi retirada de apresentação no Comitê
139 Interfederativo para complementação necessária de dados. Informou ainda que vistorias foram realizadas em
140 campo para coleta de informações referente aos pontos críticos citados pela Fundação Renova. Desta forma, a Nota
141 Técnica será apresentada à Câmara Técnica para posteriormente ser levada ao CIF para as devidas Deliberações.
142 Houve manifestações de atingidos informando que a Fundação Renova não reconhece os Rios da Região de São
143 Mateus/ES. Houve também manifestações informando que a água que é tratada pelo SAAE, quando colocada em
144 um vidro, apresenta “bichinhos”, mal cheiro, tem coloração irregular e até mesmo lama. Atingidos informaram que
145 não aceitam o retorno de que a água disponibilizada para a população é tratada. Também foi informado por outro
146 atingido que, quando se limpa a caixa d’água, depois de uma semana é possível verificar uma crosta vermelha e que
147 o pano que se limpa a caixa não consegue ser reaproveitado. Sra. Emilia Brito informou como funciona o processo
148 de divulgação, explicando que todos os dados divulgados no site da Fundação Renova e no IBAMA são dados
149 validados que se pode confiar, pois esses dados são acompanhados pelo Grupo Técnico das Câmaras Técnicas. Sra.
150 Regina Pimenta, coordenadora desta CT-SHQA, relatou sobre o trabalho das Câmaras Técnicas, que são constituídas
151 por Instituições Federais, Estaduais, Ambientais, no qual vem realizando o maior monitoramento de qualidade da
152 água já executado no Brasil. Informou que já existe um histórico de monitoramento por alguns órgãos públicos, que
153 foram utilizados para se basear no processo de acompanhamento de parâmetros físicos, químicos e biológicos
154 existentes na água bruta. Para a segurança das informações todo dado disponibilizado nos sites, seja pela Fundação
155 Renova e Órgãos Públicos, são validados primeiramente pelo processo de deliberação do Comitê Interfederativo, e
156 posteriormente divulgados para a população.

157 **6 - Novo fluxo estabelecido entre os Bancos e Fundação Renova para dar celeridade ao processo de repasses aos**
158 **municípios;** A Sra. Sarah, representante do Banco BDMG/MG, apresentou o fluxo do processo de repasse dos
159 recursos do PG- 31 aos municípios. Sr. Daniel Lage, representante do Banco BDMG/MG alertou sobre a importância
160 do papel de cada ator que participa deste processo de financiamento. Explicou que a responsabilidade da licitação
161 é do município e a responsabilidade de fiscalização destas licitações é do Tribunal de Contas. O BDMG informou que

162 na esteira padrão de financiamento do banco eles solicitam alguns documentos do processo e declarações de
163 cumprimento da lei. Por sua vez, nos processos de repasses de recursos oriundos da Fundação Renova, no âmbito
164 do PG31, o banco solicita a documentação do processo licitatório na íntegra e utiliza o “checklist” para autorizar ou
165 não o andamento do processo. Sra. Sarah (BDMG), informou que este processo de verificação é extremamente
166 crítico e que o Banco faz uma análise binária (SIM ou NÃO) das evidências das documentações e não analisa o mérito
167 do conteúdo dos documentos, do contrário, poderá imputar responsabilidades aos bancos e Fundação Renova, que
168 não os cabe. Em virtude disso, algumas licitações são reprovadas devido à falta de documentos. A Sra. Bruna Buldrini,
169 representante da Fundação Renova, esclareceu que é obrigação contratual dos bancos verificar a conformidade do
170 procedimento licitatório, bem como o escopo da licitação em relação ao projeto apresentado pelos municípios.
171 Relembrou que a implementação do “checklist”, como medida preventiva, e com a finalidade de orientar os
172 municípios com relação aos requisitos exigidos pela Lei de licitações, passou a ser adotada após denúncia ao MPF à
173 Fundação Renova a respeito de supostas irregularidades no âmbito de um processo de Ata de Registro de Preço
174 referente à empresa CONEPP. Os membros da Câmara técnica, ao considerar que o Programa tem apresentado
175 baixo desempenho, observado a partir do pequeno desembolso realizado pelas instituições financeiras aos
176 municípios, e que os procedimentos de verificação do processo licitatório têm implicado em atrasos significativos
177 no programa pela reprovação das licitações sem que haja análise do mérito e conteúdo da documentação,
178 solicitaram o encaminhamento de que os bancos e a Fundação Renova elaborassem consulta ao IAJ para confirmar
179 a possibilidade de simplificar o checklist realizado atualmente no âmbito do Programa, passando a exigir apenas os
180 documentos que já compõe os procedimentos padrão das instituições financeiras no que diz respeito ao
181 atendimento à legislação relativa às licitações. A representante do BDMG, após relatar todo o fluxo, apresentou a
182 proposta do banco com intuito de simplificar o processo de atuação junto ao CIF. Explanou sobre a formação de um
183 Comitê Técnico, que avaliaria e aprovaria os pleitos apresentados pelos municípios, levando ao CIF apenas como
184 informativo/apresentação. Explicou ainda que utilizam a ferramenta BI (Business Intelligence) para realizar a gestão
185 de todas as informações dos pleitos, assuntos discutidos e até mesmo e-mails que são trocados com os municípios.
186 Desta forma, a representante do banco informou que acelera o processo de liberação de recurso para os municípios.
187 Houve vários questionamentos dos membros da Câmara Técnica e representantes da Fundação Renova para melhor
188 entendimento. Os membros da Câmara Técnica entenderam que a proposta apresenta ausência de entendimento
189 quanto a realidade das atividades da Câmara Técnica e do próprio CIF, que é um comitê deliberativo, e que assim, a
190 proposta de otimização do processo precisa ser melhor construída. Houve discussões, sugestões e apresentações
191 dos papéis da Câmara Técnica, Fundação Renova e BDMG para melhor entendimento do processo de cada ator. Sra.
192 Ligia Damasceno, representante membro da Câmara Técnica lembrou que diante desse contexto, foi solicitado há
193 quase um ano pela CT-SHQA, o plano de aceleração contendo o levantamento dos principais entraves do programa
194 e com as respectivas responsabilidades de ação e prazos para dar celeridade, havendo demora na entrega desse
195 planejamento. A Sra. Fernanda também questionou ao banco o que será feito para dar celeridade no passivo relativo
196 aos pleitos existentes que já foram aprovados e encontram-se parados. A Sra. Cynthia, representante da Fundação
197 Renova, relatou sobre os longos prazos que o Banco solicita para análise dos documentos enviados pelos municípios.
198 A Sra. Regina Pimenta, coordenadora desta Câmara Técnica, aproveitou a oportunidade de se ter um número
199 considerável de atingidos presentes em reunião e explicou o motivo e a importância do assunto de pauta em
200 discussão. Ressaltou da importância da destinação adequada do resíduo sólido e do esgotamento sanitário, para
201 saber onde vai ficar o lixo dos municípios, pois uma vez que tendo a destinação adequada, se limpa os rios. O PG 31
202 é um programa que disponibiliza o valor de 500 milhões de reais aos municípios atingidos de Minas Gerais e Espírito
203 Santo e toda essa discussão é para encontrar a maneira de acelerar o repasse desse recurso respeitando todo o
204 processo burocrático envolvendo os bancos, Tribunal de Contas, a Câmara Técnica e a Fundação Renova, que
205 disponibiliza o recurso. O Sr. Silvério, prefeito da cidade de Rio Doce, informou que os bancos possuem a expertise
206 e que precisa de melhoria no fluxo do processo de liberação e repasse do recurso para haver celeridade. Explanou
207 que se houvesse um maior acompanhamento do Apoio Técnico no processo de licitação, evitariam-se os entraves
208 como a falta de páginas e ausência de documentos, entre outros. Como encaminhamento entre os presentes, ficará
209 para a próxima reunião da Câmara Técnica a apresentação sobre a ação necessária de cada ator envolvido no
210 processo para melhor entendimento de suas responsabilidades, tendo assim, um melhor alinhamento.

211 **7 – Relato COPASA sobre visita à ETA de Pedra Corrida;** O Sr. Albino Júnior, representante da COPASA e membro
212 desta Câmara Técnica, informou que foi realizada uma reunião junto aos atingidos de Pedra Corrida/MG, para
213 apresentação do processo de operacionalidade de tratamento de água realizado pela COPASA após o desastre em
214 novembro/2015. Explicou que no momento que se passou a pluma de lama, após o desastre, a concessionária parou
215 o processo de captação da água do Rio Doce, utilizando a captação de água através de poços profundos e de algumas

216 fontes alternativas com água superficial, através do SISAGUA, voltando a utilizar a captação da água Rio Doce, após
 217 a passagem desta pluma de rejeitos através de análises periódicas acompanhamento e monitoramento da qualidade
 218 da água. Sr. Albino Júnior informou que foram realizadas análises extensas de 2 em 2 horas de coleta para
 219 acompanhamento, complementando com análises mensais, trimestrais e semestrais do manancial, conforme
 220 portaria nº 5 de 28 de setembro 2017 do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde, garantindo assim,
 221 uma qualidade fiel do controle e monitoramento da água fornecida para a população. Alertou ainda que a água de
 222 poço é uma água bruta que não tem o tratamento devido para consumo humano e que a água mineral de galões,
 223 não se tem a garantia de cuidado necessário quanto a limpeza e armazenamento devido para o consumo. Finalizou
 224 ressaltando que a água disponibilizada pela COPASA, é uma água devidamente tratada com a garantia exigida para
 225 o consumo humano.

226 **8- Encaminhamentos Finais:**

ITEM	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
Item 3	Encaminhar a apresentação do sistema de abastecimento divulgada em reunião e o cronograma de previsão de entrega com as datas atualizadas, referente todas as ações do PG-32.	14/11/2019	Fundação Renova
Item 6	Encaminhar anexos do regulamento para os membros da Câmara Técnica	Imediato	Coordenação CTSHQA
Item 6	Realizar reunião entre os atores (BDMG, BANDES e Fundação Renova) e enviar consulta ao IAJ para entendimento de continuar ocorrendo a verificação do processo licitatório completo ou adotar o formato simplificado que o BDMG utiliza em outros processos	22/11/2019	Fundação Renova e Bancos
Item 6	Pautar para a próxima reunião para que seja explicitado o papel/responsabilidade do Banco, Fundação Renova, Câmara Técnica e dos municípios sobre o fluxo do processo de repasse de recursos.	Próxima Reunião	Fundação Renova e Bancos

227 **Coordenação da CT-SHQA**